

# **A**S DESVENTURAS DO PARANISMO\*

Igor Zanoni C. Carneiro Leão\*\*

---

## RESUMO

Este texto procura mapear as origens, desenvolvimento e crise da ideologia paranista enquanto *ethos* de solidariedade social nascido na antiga democracia-cristã e presente desde então na história do Estado em outros partidos e ideologias políticas. Conclui pelo encerramento de um ciclo ideológico nos anos 90, devido à crise brasileira e ao pragmatismo político imposto às unidades da Federação.

**Palavras-chave:** história econômica-Paraná, desenvolvimento socioeconômico-Paraná, paranismo.

## ABSTRACT

This paper maps the origins, development and ideological crises in Paraná in relation to social solidarity and the old Christian-democratic view (present since the beginning of the State of Paraná), other political ideologies and views. It concludes by looking at the closed ideological cycle of the 1990's, the Brazilian crises, and their pragmatic tax policies of the state agencies.

**Key words:** economic history-Paraná, socio-economic development-Paraná, ideology.

---

\*Este texto resulta de um depoimento prestado pelo autor à FAE.

\*\*Economista, Doutor em Economia pela UNICAMP, Professor-adjunto do Departamento de Economia da UFPR. E-mail: igor@sociais.ufpr.br

Vamos abordar aqui o nascimento e o desenvolvimento da ideologia paranista, que foi uma adequação, às fronteiras do Estado, da ideologia nacional desenvolvimentista, muito forte no Brasil no final dos anos 50 e na primeira metade dos anos 60, até ser abortada por outras concepções ideológicas, mais vinculadas ao regime militar, ou por concepções mais à esquerda, ligadas à redemocratização e à retomada de crescimento com justiça social já nos anos 80.

O paranismo é uma ideologia, no sentido mesmo do termo, isto é, um artefato construído, inclusive a partir do Estado, com vistas a mobilizar a opinião pública e os esforços da sociedade no sentido de construir um Paraná economicamente forte e socialmente justo. Seu nascimento está bastante vinculado a um partido que não é expressivo no Brasil, mas que teve uma grande força no Paraná. Trata-se da democracia-cristã, introduzida já nos anos 50, através das exortações, prédicas e lições que o padre Lebrecht veio dar em Curitiba acerca do planejamento regional e urbano, assim como em outras cidades e regiões do país. Mais tarde ela tem uma grande vitória, com a eleição do governador Ney Braga, em seu primeiro governo ainda, como o grande agente que iria pôr em prática a visão da democracia-cristã sobre o que deveria ser o futuro do Paraná.

Antes de falar do paranismo, é preciso então que se faça uma menção à ideologia nacional desenvolvimentista no Brasil. Ela não é propriamente a ideologia que irá, na prática, dar frutos no sentido de construir um Brasil tal como imaginava, isto é, um Brasil onde as massas populares se integrassem plenamente aos frutos da industrialização e do progresso juntamente com uma burguesia nacional muito atuante que dominasse grande parte dos destinos da acumulação e da transformação social e política do Brasil. Na verdade, durante todos os anos 50 foi impossível um enraizamento mais sólido dessa ideologia na sociedade. Ela se manteve realmente mais como uma ideologia, como uma mobilização das pessoas em torno de determinadas idéias, em torno de determinados alvos, do que como algo com maior concretude, entre essas pessoas e esses agentes sociais. Por quê? Porque durante os anos 50 houve uma grande retração do capital financeiro e do capital produtivo em relação ao Brasil e a toda a periferia, aliás, do mundo capitalista. O general Eisenhower,

por exemplo, quando veio ao Brasil, na década de 50, falou: “Olha, vocês não vão ter, como a Europa, um Plano Marshal. Vocês vão ter multinacionais; estas serão os agentes fortes que ajudarão a industrialização de vocês.” Mas, antes desse período em que as multinacionais começam a se dirigir para outros países centrais, sejam Estados Unidos, seja Europa, sejam outros países que estão com uma industrialização muito intensa, como os Tigres Asiáticos ou Japão, a industrialização tem que contar basicamente com esforços locais. Existe um capital internacional já localizado no Brasil, como a GM e a Ford, por exemplo, que são basicamente montadoras, e existe também um capital produtivo nacional. Ocorre que esses capitais trabalham basicamente em setores em que as exigências de capital mais intensivo são leves, em que a acumulação pode prosseguir em um curso mais natural sem correr grandes riscos de uma empreitada como é uma industrialização pesada dentro de um país que tinha um capitalismo que, de certa forma, ainda engatinhava. Na verdade, o processo de industrialização brasileiro começa basicamente nos anos 30 com a grande crise do café e os esforços de Getúlio Vargas, através da política de compra e queima de estoques deste produto, reservando um poder de compra dentro do Brasil, que é aproveitado por indústrias nacionais, as existentes e outras nascentes. Já que esse represamento de poder de compra aqui dentro não pode se traduzir em importações, dadas as vicissitudes da balança de pagamento, esse é basicamente o eixo do processo que vai se repetir: a industrialização avança, há problemas no balanço de pagamento, que estimulam indústrias e isso cria novos estrangimentos ao balanço de pagamento e assim por diante. Esse é o núcleo do processo chamado de substituição de importações, que a Cepal analisou, e que principalmente a Maria da Conceição Tavares, em seu texto *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações*, analisou muito bem. Essas companhias, nacionais e internacionais, iam se espalhando por setores, como os intermediários (os de bens de consumo não-duráveis), mas não avançavam até ramos mais pesados da industrialização, os quais sempre contaram com a assistência do Estado, que cria, por exemplo, a siderúrgica de Volta Redonda, em plena guerra, numa barganha com os Estados Unidos e com a Alemanha

para ver quem poderia ajudar o Brasil a montar uma indústria siderúrgica pesada. O Estado, já nos anos 50, quando Getúlio volta, inclusive assentado em forças populares de forma mais nítida, mais compromissado com elas, monta todo um aparato de empresas estatais, um banco, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), todos eles assentados em tributos, em formas específicas de arrecadação de impostos para a sua manutenção, para o seu crescimento, de forma a fazer com que se criasse uma espinha dorsal para a industrialização pesada, assentada no capital estatal, que entra aí como um protagonista importante no processo de industrialização. Ora, quando esse capital estatal tende a entrar, isto choca profundamente a mentalidade empresarial mais conservadora e os liberais da época, que eram liberais inclusive no sentido clássico, de desejar, por exemplo, como Eugênio Gudín, que o Brasil não se transformasse em uma nação industrializada. Ele achava que o Brasil tinha uma vocação agrícola e poderia se tornar inclusive um país próspero e rico não se industrializando. A idéia de Eugênio Gudín, por exemplo, como já foi dito em outra ocasião, por outras pessoas, era de que o Brasil se tornasse uma grande Dinamarca, um grande país exportador de produtos cárneos, lácteos e outros. O prosseguimento da industrialização passou por um fortalecimento do poder do Estado e por um apelo do Estado às classes populares para que apoiassem o processo de industrialização, que estava nascendo com um peso acentuado nas empresas estatais, principalmente nos setores de bens intermediários e de bens de capital, com o capital privado e o internacional se mantendo mais nos setores de bens de consumo durável e corrente.

A partir de 1956, quando se dá, paralelamente ao Plano de Metas, em nível internacional, uma grande evasão de empresas, um grande desbordamento de empresas dos Estados Unidos rumo à Europa e da Europa rumo a outros países da periferia, respondendo ao chamado desafio americano, pôde-se montar o processo de industrialização através de um governo, o de governo Juscelino Kubitschek, que solda um tripé entre empresas estrangeiras, empresas nacionais privadas e empresas estatais com funções definidas a cada uma. Então, o setor privado estrangeiro vai

trabalhar basicamente na área de bens de consumo duráveis, montando, por exemplo, nossa indústria automobilística, que é toda estrangeira, embora tenha sido criada também a Fábrica Nacional de Motores, produzindo caminhões e carros, inclusive um belo carro, um carro de luxo na época, que era o JK. O investimento estatal vai se localizar nos empreendimentos como criação de rodovias, no petróleo – tanto na prospecção quanto no refino –, na siderurgia, em vários outros setores de bens de consumo, de bens de capital corrente, bens de capital circulante, e de infra-estrutura social básica para a industrialização. O capital privado nacional vai ser meio arrastado pelo crescimento desses dois parceiros fortes e vai crescer também na esteira deles; inclusive, ele não decai, na época, em sua participação no produto industrial. É uma bobagem, por exemplo, dizer que o período Juscelino Kubitschek foi um período de desnacionalização da economia. Não foi de desnacionalização, foi sim de uma estrangeirização, mas não com perda de participação do capital nacional privado e estatal no conjunto do produto industrial e no conjunto da economia. Isso vai acontecer mais tarde, mas não nessa época.

O suporte para essa política, praticada entre 1933 e 1955, mais tarde vai sofrer uma inflexão com JK, porque então já não se trata de uma industrialização baseada no capital privado nacional, e assentada em forças populares, basicamente, mas já conta com outros parceiros, como novas empresas internacionais, e com um compromisso internacional muito maior junto aos Estados Unidos, dentro da América, compromisso esse que irá se aprofundar muito mais com a Revolução de 64. O nacional desenvolvimentismo vai vigir durante todo esse processo e, durante o Plano de Metas, já está um pouco anacrônico. Mesmo assim, Juscelino Kubitschek ainda mantém alguns compromissos ideológicos típicos do período nacional desenvolvimentista. Primeiro, o desenvolvimento, segundo, a não desnacionalização, apesar da estrangeirização da economia, e, terceiro, o forte compromisso com classes populares – não no sentido de que os parceiros mais tradicionais, latifundiários, etc. tivessem sido deixados de lado em prol de um capitalismo mais popular ou mais social, isso nunca aconteceu no Brasil. O Brasil

sempre incorporou, na esteira de seu progresso, frações de capital mais atrasadas e nunca incorporou significativamente a população brasileira, o trabalhador brasileiro. Mesmo assim, o período JK foi aquele em que o salário mínimo foi o maior de toda a época, de toda a história brasileira e em que houve uma enorme geração de emprego e renda, o que fez com que os frutos do crescimento econômico se estendessem também aos trabalhadores.

Como é que essas coisas se passavam aqui no Paraná? O Paraná era um estado que, na verdade, tinha vivido todo um passado de ciclos extrativos, da madeira, do mate, com pouca elaboração da matéria-prima, com uma industrialização muito incipiente, e isso foi visto, nos finais dos anos 50, com a crise do café, aqui no Paraná, e com um desenvolvimento diferencial que estava se dando em São Paulo. Autores como Pedro Calil Padis, que aqui trabalhavam num processo de planejamento, vinculado a uma empresa privada contratada pelo governo para tentar pensar o futuro do Estado, começaram a ver o Paraná como um estado periférico à margem do desenvolvimento e que tenderia a se manter à margem do desenvolvimento econômico que estava se concentrando em São Paulo por um longo período de tempo. A idéia, então, de vencer essa situação periférica e subdesenvolvida do Paraná vem desde esse período dos anos 50, e começa a ser enfrentada através de um planejamento estatal, centrado numa companhia de desenvolvimento, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), que vai ser o núcleo do Badep (Banco de Desenvolvimento do Paraná). Em 1967, com a transformação da Codepar em Badep, fruto da reforma financeira de 1966-67, começa-se a planejar o chamado Modelo Paranaense de Desenvolvimento. Esse modelo é uma tentativa de fazer uma industrialização quase que sozinha aqui dentro do Estado. O Estado entraria com os recursos financeiros derivados de um adicional sobre um imposto de vendas e consignações que formaria um fundo chamado Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), que aliás existe até hoje, mas hoje tem dotação orçamentária; naquela época era um orçamento paralelo, e com base nesse fundo

seriam montados também bancos de projetos dentro da Codepar, para qualquer tipo de empresário que quisesse se instalar no Paraná, dando preferência para o capital local, para empresários locais e, inclusive, para uma industrialização que fosse disseminada no interior do Paraná, para não haver processos de congestionamentos de centralização de capital como estava havendo no Brasil, no caso de São Paulo, e principalmente procurando fazer com que a industrialização se centrasse também em pequenas empresas para evitar o crescimento de um poder econômico muito grande contra os trabalhadores. Então era uma ideologia de incorporação de trabalhador, de incorporação de paranaenses, de captação de capitalistas locais que corresse o risco da industrialização e de uma industrialização dentro das fronteiras do Estado, repetindo o processo de substituição de importações ocorrido no Brasil. Para isso, montou-se no primeiro governo Ney Braga uma rede pública de secretarias e órgãos públicos que é basicamente a rede que se tem hoje. Uma rede pública um pouco diferente, porque o liberalismo dos anos 90 a modificou, mas a que havia até o início dos anos 90 fazia um planejamento público efetivo, centrado na Secretaria de Planejamento, com alguns órgãos de planejamento fortes, secretarias mais modernas vinculadas ao desenvolvimento econômico e não apenas às funções tradicionais do Estado. Também é montada uma rede de autarquias, uma rede de fundações, visando a esse esforço de construir, planejar o desenvolvimento paranaense.

Esse é o modelo de desenvolvimento paranaense. O paranismo nasce exatamente como uma expressão desse modelo, como uma verbalização ideológica, como uma procura de conquistar adesão a este modelo de desenvolvimento, que é o modelo paranaense de desenvolvimento econômico. Como se vê, esse modelo de desenvolvimento é completamente utópico, é o que certa vez chamei de uma visão utópica do Paraná, porque ele acha que o Paraná, na verdade, pode sozinho fazer o esforço da industrialização, uma industrialização que nas condições do capitalismo moderno requer imensa mobilização de capital, imensa mobilização de agentes capazes de correr o risco, imensa

mobilização por parte do Estado criando infraestrutura básica. Por isso, o modelo de desenvolvimento paranaense não tem sucesso, montam-se algumas empresas, elas quebram, cria-se até o mito de que as empresas que eram financiadas pelo Badep normalmente quebravam. Era como se o banco desse um pouco de azar aos capitalistas.

O Paraná se manteve à margem, ainda, do grosso do crescimento econômico brasileiro, principalmente até o “milagre”. Isso basicamente porque, em 1962, o Brasil entra numa crise econômica, dado que a capacidade produtiva criada no Plano de Metas entra num período de digestão, e há um processo de recrudescimento de problemas com balanço de pagamento, com inflação e com perda de capacidade produtiva que faz vários autores, na época, inclusive o próprio Celso Furtado, que tinha sido ministro do Jango, afirmarem que o Brasil estava vivendo um período de estagnação. Outros autores diziam que o Brasil estava vivendo um período de aprofundamento do desenvolvimento de sua dependência, que sua dependência de capitais externos faria com que a industrialização não tivesse mais fôlego depois daquele período exitoso do Plano de Metas, e assim por diante. Vigorava uma visão muito pessimista. É interessante, inclusive, que o projeto paranaense de desenvolvimento tenha sido colocado em prática num período de grande pessimismo acerca do desenvolvimento e acerca do futuro econômico do país. Era como se se quisesse fazer um Estado exitoso num país em crise. É a partir da Revolução gloriosa de 64, e especialmente a partir de 67, com o milagre econômico, que se consegue, na verdade, através de uma adequação perversa entre o padrão de distribuição de renda e o perfil de bens de consumo duráveis que se tem montado aqui dentro, fazer com que o Brasil desamarre os liames da estagnação, fazer com que o Brasil cresça a taxas muito elevadas, pelo menos até 1973, quando se dá nova crise. Depois há um novo ciclo de crescimento, mas baseado em premissas diferentes. O Brasil na verdade cresce, então, de 1967 a 1973, muito fortemente através da reforma financeira e através de uma redistribuição de renda em favor de setores de renda mais altos, setores de uma nova classe média que havia sido criada, inclusive com a nova empresa nacional privada e com novas empresas estatais que se implantam desde os anos 50. O Brasil começa, assim, a crescer bastante nesse período.

Esse crescimento faz com que o Paraná também cresça e de uma nova forma, muito distinta da que tinha sido pensada originalmente pelo modelo paranaense de desenvolvimento. Ele cresce, em primeiro lugar, porque tinha já uma agricultura, principalmente no Norte, bastante dinâmica, capitalista, que é a agricultura baseada no café, num contexto em que se monta o embrião do *agribusiness*, numa indústria de fertilizantes, numa indústria de máquinas e equipamentos, apoiada também pelos fortes subsídios, vinculados à exportação de produtos agrícolas e à substituição de culturas mais rentáveis comercialmente, como a soja e o trigo e também o milho, que passa a ser plantado de outra forma, numa outra escala. Isso faz com que o Paraná comece a transformar sua agricultura e se integrar ao Brasil graças à sua agricultura dinâmica, diversificada, que logo toma conta do Norte do Estado, transforma também o Oeste, que era uma área basicamente de pequenas propriedades ou de pequenos posseiros e de proprietários e posseiros vinculados à subsistência; tudo isso vai mudar o Paraná, que se torna um grande produtor agrícola, muito modernizado. Em cima dessa produção agrícola nasce no Paraná o *agribusiness*, que é, além da produção agrícola, uma transformação desse produto agrícola através das grandes indústrias moageiras de soja, da fabricação do óleo bruto de soja, do farelo. Mais tarde essa produção agropecuária vai se diferenciando e dando origem, por exemplo, à produção de leite, à produção de carne de aves, até se constituir, já na década de 80, numa grande indústria produtora de alimentos, com grau bastante sofisticado de processamento. Essa integração produtiva do Paraná a mercados nacionais e internacionais vai se dar, inclusive, por meio tanto de empresas estrangeiras como de empresas paranaenses, mas principalmente por meio de cooperativas. Então, é curioso verificar que o capital local que não se conseguiu ter durante o modelo paranaense de substituição de importações foi obtido com as cooperativas. Na década de 70, quando as transformações começam a ficar visíveis, é muito claro o esforço do Estado em adotar as cooperativas. O BRDE, por exemplo, é um banco que nitidamente apóia as cooperativas como o grande empresário local, como a grande força que



vai, inclusive, industrializar o Estado, pois as cooperativas têm um poder de capilaridade, de captação de recursos e de volume de acumulação que pode fazer com que o Paraná caminhe rumo a um empresariado local, forte, com capacidade de barganha no plano nacional.

Por outro lado, pelo fato de haver um crescimento muito grande em nível nacional, com taxas de crescimento extremamente elevadas durante o período do milagre e, como disse, mesmo depois de 73, embora a taxas menores, mas uma taxa de acumulação bastante forte no segundo PND inaugurado com Geisel, o Paraná começa a receber investimentos de outras regiões, principalmente investimentos externos que normalmente iriam a São Paulo mas que não vão para lá por causa do congestionamento de empresas, da cidade, das deseconomias externas, como os economistas costumam dizer. A cidade de São Paulo apresenta, então, o desbordamento da malha industrial rumo a cidades fora da capital, em seu entorno imediato, como as indústrias que vão para Campinas, para Limeira, para Piracicaba, para outras regiões, no interior próximo de São Paulo ou num interior mais distante, como Ribeirão Preto ou o sul de Minas ou ainda para Curitiba, que tem uma estrada ligando-a a São Paulo em boas condições; é uma região próxima a São Paulo, tem um mercado promissor e conta também com vultosos incentivos que o governo paranaense vai oferecer, tanto incentivos financeiros, fiscais, quanto políticos, na verdade, porque Curitiba tem no governo federal, nessa época, representantes muito importantes em áreas cruciais, como Ney Braga, Karlos Rischbieter, Maurício Schulman e outras lideranças paranaenses que estão no governo federal e que conseguem atrair essas empresas para o Paraná, concedendo um respaldo político para elas entrarem no Brasil e se instalarem aqui. É com esse respaldo, por exemplo, que se instala, no final dos anos 70, a Volvo. Um dos grandes dirigentes da Volvo será Karlos Rischbieter, porque ele em grande parte partejou a entrada da Volvo, rompendo aquela reserva de mercado no setor automotivo que sempre vigorou no Brasil. O Paraná começa a ter um interior muito forte e uma diferenciação produtiva, que se centra basicamente em Curitiba e um pouquinho em Ponta Grossa, de indústrias no setor metal-mecânico, eletroeletrônico, na indústria de computação. Até a

Sid Informática, de capital nacional, se instala aqui. Temos, então, uma indústria automobilística, uma indústria mecânica, uma indústria que em princípio é pequena em relação à agroindústria, mas que vai crescendo bastante. Hoje há uma participação bastante grande dessas indústrias não vinculadas à agricultura no PIB paranaense, enquanto as vinculadas à agricultura perderam importância relativa, embora sejam muito fortes e tenham uma participação nacional e uma presença nos mercados internacionais também bastante expressiva. O que acontece é que essas transformações todas estão muito distantes de um modelo parecido com o modelo de desenvolvimento paranaense, mas havia também alguns requisitos. Havia um capital privado local vigoroso, uma industrialização por todo o Estado, a presença de camadas populares que se assalariavam crescentemente. O assalariamento cresceu, essas pessoas passavam, inclusive, a contar com os benefícios de uma previdência social, que havia sido criada em grande parte pelo governo militar, aperfeiçoando a legislação varguista que se tornara até certo ponto, anacrônica para os novos padrões de desenvolvimento capitalista brasileiro na época. Então tem-se, na verdade, alguns pontos do projeto paranaense de desenvolvimento, paradoxalmente, embora o Paraná agora cumprisse, como foi visto à época, um papel complementar à industrialização paulista. O Paraná se solda ao espaço nacional, complementa o espaço nacional, está participando de uma divisão de trabalho nacional, mantém uma integração produtiva ao espaço nacional e inclusive tem mercados no exterior, mas mantém, paradoxalmente, algumas conquistas desejadas pelo projeto paranaense de desenvolvimento econômico do início dos anos 60, do governo Ney Braga, e não é à toa que durante todo o período revolucionário Ney Braga continua como uma grande figura da política paranaense. Essa figura não expressa meramente uma questão de poder político baseado em patrimonialismo, ou alguma coisa desse tipo; é uma figura representativa, de um certo *ethos*, de um certo modo de ver o Paraná, ele tem um carisma, que é um carisma assentado fortemente na população, nas elites, mas também no povo paranaense. É inegável isso. Embora hoje Ney Braga seja uma figura que quase não é lembrada, no fundo ele foi um dos grandes criadores do Paraná moderno.

Com os anos 70 isso tudo se aprofunda, mas há uma falha grave aí, uma fratura grave, que é o fato de a industrialização do campo ter mandado embora os posseiros, arrendatários, meeiros, etc., em grande quantidade, com a mecanização da agricultura. Nessa época, o Paraná praticamente não cresce em número de pessoas, número de habitantes, passam-se dez anos e os anos 80 ele passa também assim, praticamente sem ganhar população. Dois milhões de pessoas deixam o campo nos anos 70, cerca de um milhão vai para fora do Estado, para as cidades do interior de São Paulo e para a zona que está sendo aberta em Rondônia, na Amazônia, etc., para as frentes agrícolas de expansão da agricultura brasileira, ou vão para as grandes cidades paranaenses, principalmente cidades que vão então crescer, como Curitiba, que se torna uma metrópole, ou cidades de médio porte que crescem muito, como Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, onde se concentram a indústria, o comércio. As pequenas cidades passam inclusive por uma regressão muito acentuada, porque os sistemas de comercialização agrícola em que se baseavam passam agora a ser feitos por cooperativas, por grandes empresas. As funções tradicionais que elas tinham, de receptor produção agrícola, de intermediar a produção agrícola com centros de consumidores, se modificam, se modernizam, e essas cidades pequenas passam a ser, fazendo uma analogia com as cidades mortas do Vale do Paraíba, isto mesmo, as cidades mortas de que fala Monteiro Lobato. Há uma concentração populacional, mas há ao mesmo tempo uma perda de população, ou pelo menos o não crescimento da população em nível estadual, há a população que deixa realmente o Estado, e o Estado não cresce em número de habitantes. Isso é um paradoxo, porque o Paraná sempre foi visto, e era apregoado – nas estradas se viam sempre placas *Paraná Terra de Todos* – como a terra do imigrante, sempre foi a terra do polonês, do alemão, etc., mas parece que de repente não era a terra do paranaense, e isso era uma fratura na ideologia integracionista que o Paraná sempre teve, porque não era a terra do paranaense que estava deixando o Paraná.

Mas ao mesmo tempo que o campo no Paraná estava sendo deixado por paranaenses, concentram-se populações nas grandes cidades. Mais tarde o Paraná começa a ter um fluxo tanto de imigração

quanto de emigração, ou seja, saem paranaenses, como das zonas agrícolas para a fronteira brasileira da agricultura, mas por outro lado entram nordestinos, procurando emprego em Curitiba, buscando empregos numa cidade que cresce rapidamente na construção civil. Esse é um fenômeno que ocorre até os nossos dias, nos anos 80 e anos 90 também. Famílias inteiras se deslocam, muitas vindas de longe, do Nordeste, e vêm para cá, assim como paranaenses, também, do interior, procuram as cidades maiores onde podem procurar emprego, inclusive porque é um emprego urbano, que está crescendo. O emprego assalariado urbano cresce durante os anos 70, não tanto a ponto de abrigar toda a população agrícola, é evidente, mas a ponto de incorporar uma parcela dessa população a um mercado formal ou ao mercado informal que cresce bastante, também, nesse período. É curioso mostrar que, nesse período, não se parte completamente essa ideologia integracionista, embora tenha essa fratura, aliás é uma fratura que não poderia ser resolvida pelo governo do Estado; teria que ser resolvida por políticas muito abrangentes que partissem do governo federal. Era impossível resolver o problema da modernização agrícola, das conseqüências da modernização agrícola somente dentro do governo estadual, porque o volume de problemas envolvidos aí é muito grande, mas teria de ser feita toda uma política de reassentamento fundiário, uma política de recepção dessas pessoas pelas cidades muito bem feita, para que não ocorressem esses fenômenos, como aconteceram, de favelização, de precarização de empregos, etc. De qualquer modo, havia ainda uma ideologia de integração e, em grande parte, essa ideologia, pelo menos para certas camadas da população, valia, e valia a idéia de se criar uma industrialização relativamente disseminada, com capital paranaense, embora também entrasse muito capital estrangeiro na época, e umas poucas empresas paulistas, principalmente dentro da metal-mecânica. O campo ficou, até recentemente, como um assunto basicamente do capital paranaense e o Estado teve um papel muito forte nisso. O Badep teve um papel muito importante na modernização da infra-estrutura, na criação de banco de projeto para empresas que quisessem se estabelecer aqui. Empresas estatais como a Sanepar, a Copel, a

Telepar tiveram um papel importante na construção de uma boa infra-estrutura de serviços voltados à população urbana, inclusive avançando com a eletrificação rural, etc. Há também um campo apoiado por indústrias como a Emater, trabalhando com assistência técnica aos agricultores, trabalhando com o pequeno produtor. Então mesmo o pequeno produtor, apesar de estar passando por dificuldades, não é completamente esquecido, é apoiado.

Essas transformações que estão acontecendo no Paraná refletem, de certa forma, algo que ocorre em nível de Brasil, porque mesmo com todo o autoritarismo, com tudo que ele significou de regresso político, social, tem-se um período de crescimento econômico acelerado e um projeto de nação. É o Brasil potência de Geisel, a partir de 74, um projeto de nação que não é só de construção de capacidade produtiva, de construir uma usina hidrelétrica em cima de outra usina hidrelétrica, de prover o Brasil de uma indústria de bens intermediários mais fortes, de modernizar a agricultura, mas é um período também em que se assentam minimamente, melhoram minimamente as condições para a cidadania, com um aperfeiçoamento de direitos sociais, através do PIS/Pasep, através de instrumentos que são criados na época, que têm mais um peso simbólico que um peso efetivo, mas que, mesmo em nível simbólico, significam que o brasileiro é convidado a participar de uma nação, muitas vezes através de forma precária, de fato, embora no plano ideológico de uma forma mais efetiva.

Nos anos 80 começa a volta para a democracia brasileira, primeiro com a grande crise que começa no final de 1980, a crise do endividamento externo, quando os juros, apoiados pela política do dólar forte, fazem com que o Brasil passe a crescer muito menos, no início dos anos 80 até 1983, pelo menos, e entrando depois numa estagnação e num processo de inflação muito intenso, que é um espelho também de nossos problemas cambiais. A inflação no Brasil é um problema vinculado à questão cambial do país. Nesse período, o Paraná também sofre uma grande retração econômica. Em 1982, acontecem as primeiras eleições para governadores, em que o PMDB é vitorioso em diversos estados, inclusive aqui, com José Richa. Esse é um momento importante para a evolução do paranismo no plano

do Estado, porque José Richa tinha sido um político vinculado, antigamente, à democracia-cristã também, e quando assume o poder tenta colocar em processo ideias vinculadas a esta democracia; por exemplo, estimula muito a agricultura no seu papel de geração de empregos, o que é um pouco anacrônico, porque a agricultura não estava fazendo mais isso, mas ele tenta reverter as coisas colocando à frente da Secretaria de Agricultura uma pessoa de nítido enraizamento popular, e de esquerda, que é o Claus Magno Germer, que tenta lutar contra a modernização agrícola, apelando para tecnologias mais antigas mas eficazes do ponto de vista do pequeno produtor rural. Tenta fortalecer o produtor rural, o pequeno, dar a ele um lugar no mundo, tirá-lo dessa pobreza sem apelar para o grande capital internacional, sem apelar para o crédito agrícola, do qual já estava mesmo excluído, porque não tinha garantias a oferecer nem grandes extensões de terra para plantar com produções vinculadas ao *agribusiness*. Muitas iniciativas comunitárias também são incentivadas. É criada inclusive, parece-me, uma Secretaria de Assuntos Comunitários, vinculando uma série grande de projetos a iniciativas populares e que são feitos de forma comunitária. Então, se nessa época tem-se um *stop* no Paraná, do ponto de vista de atração de grandes investimentos, ele tem um grande rejuvenescimento de sua ideologia humanista vinculada à ideologia cristã, ainda que, de certa forma, seja possível dizer que essa ideologia estava um pouco superada, porque na verdade o espaço efetivo do pequeno produtor rural no campo era muito pequeno, o espaço das experiências comunitárias era um espaço, em grande medida, assistencialista, era pequeno, não podia dar conta da crise brasileira, mas sem dúvida ajudou um contingente grande de pessoas no Paraná. Sem dúvida foi importante, numa época de crise, e como rememoração de uma ideologia de solidariedade social num Estado que estava perdendo isso.

No governo seguinte, de Álvaro Dias, a situação mudou um pouco. Este não aparentava tantos compromissos populares, embora fosse um autêntico do MDB. Ele imprime um estilo mais empresarial, e é curioso que durante um período relativamente ruim da economia brasileira, embora não tão crítico quanto o do início dos anos 80, há algum crescimento em meados dos anos 80, há



um crescimento da economia brasileira que permite a Álvaro Dias atrair, com incentivos fiscais, algumas empresas para cá. Então, durante os anos 80, depois daquele início com José Richa, que foi um início ruim do ponto de vista econômico, mas positivo do ponto de vista social e do ponto de vista de recriar um *ethos* de solidariedade, volta-se um pouco para uma visão mais empresarial, de grande empresa, conseguindo fazer o Estado avançar em suas forças produtivas. Cria-se uma grande indústria de alimentos, aprofunda-se o processo de construção de uma indústria vinculada à metal-mecânica, eletroeletrônica, dentro da Cidade Industrial de Curitiba, nos arredores da Grande Curitiba. Essa outra ideologia de solidariedade é algo que fica um pouco, curiosamente, à margem, dadas as raízes de Álvaro Dias. Esse *ethos* de solidariedade, nascido no final dos anos 50 e início dos anos 60 com a democracia-cristã, retorna curiosamente com o próximo governo, de Roberto Requião, que sempre foi um aliado político de Álvaro Dias. Roberto Requião, vinculado ao PMDB, também começa seu governo de uma forma bastante curiosa, encomendando a dois notórios opositores, Carlos Lessa e Rafael de Almeida Magalhães, a elaboração de um documento, que se torna um documento, aliás, bastante progressista mas bastante nacionalista, pedindo um crescimento econômico expressivo, sustentado numa ampliação do consumo das classes populares, numa renegociação das dívidas externa e interna, em suma, quase que comprando toda a ideologia peemedebista expressa em documentos mais ou menos utópicos como *Esperança e Mudança*, que é um documento antigo programático do PMDB.

Esse documento serviu de certa forma como um “norte para Roberto Requião. Este se recusou, basicamente, a fazer grandes operações com grandes empresas, conduziu o seu governo, também, com ênfase nas empresas menores paranaenses, no campo, no emprego rural, fez diversos programas assistencialistas como o *Panela Cheia*, programas relativos ao campo, programas relativos à pequena indústria urbana, enfim, montou um programa ambicioso para tratar da pobreza urbana, principalmente de crianças de rua, com a Assoma. Ou seja, Roberto Requião manteve um projeto de

*ethos* de solidariedade novamente muito consistente, muito coerente, inclusive, dando amplo espaço para a máquina pública, vinculada a órgãos de planejamento, a empresas de concessão de energia elétrica e água, secretarias vinculadas à educação, à saúde, Secretaria da Criança, para trabalharem projetos voltados a populações carentes aqui do Estado. Requião teve um papel importantíssimo ao retomar uma força para essas secretarias, para esses órgãos públicos que estavam, alguns, já semi-esquecidos. Cite-se, como exemplo, o Iparde, braço forte da Secretaria do Planejamento, que tinha sido criado em 1973 tendo como primeiro presidente o professor Francisco Baptista de Borja Magalhães, que hoje é pró-reitor da Universidade Federal do Paraná, pró-reitor de planejamento, uma pessoa que vai passar, ao longo da história paranaense, como o criador do Iparde. Depois ele vai para o exterior, mas quando volta torna-se Secretário do Planejamento de Richa e de Álvaro, sempre trabalhando muito próximo do poder, e dá crias políticas. Uma cria política típica do professor Magalhães é o grande professor, hoje aposentado da Universidade Federal do Paraná, doutor Carlos Krüger Passos, que se torna depois presidente do Iparde, com Álvaro Dias, e, mais tarde, Secretário do Planejamento, com Roberto Requião. Assim, figuras importantes como o professor Magalhães mantêm, no fundo, uma atuação política durante muito tempo voltada para ideais nascidos há muito, vinculados ao crescimento, ao desenvolvimento, mas também a uma ética de solidariedade básica nascida muito cedo, junto com as tentativas de industrialização do Paraná, embora não com as mesmas idéias da democracia-cristã, que se mostraram claramente inadequadas para um Estado que estava se incorporando produtivamente a uma nação e ganhando espaços dentro dessa nação, inclusive fora, em condições políticas que eles não escolheram também, que eram as condições políticas do regime militar e de uma internacionalização da economia que também era impossível deter. De qualquer modo, é importante mencionar esse rol de instituições públicas como o Badep, como as secretarias listadas aqui e as grandes figuras humanas que passam todo esse período dos anos 70, dos anos 80, principalmente dos anos 80, de forma bastante marcada, como uma nova geração

peemedebista de oposição mas que ainda segura em suas mãos um pouco da herança do velho Ney Braga. Essa geração está aí, hoje já mais velha mas está aí, mantendo esse *ethos* de solidariedade nascido há muito no Paraná.

Nos anos 90 isso tudo vai mudar, de forma bastante característica inclusive, porque os anos 90 nascem com um predomínio muito forte de um discurso liberal no Brasil que vai progressivamente vergando também o Paraná. Esse período é dominado pela figura bastante carismática, com participação muito importante na Prefeitura Municipal de Curitiba durante todos os anos 80 e que cria toda uma escola de administradores muito competentes dentro do planejamento urbano, que é o atual governador Jaime Lerner, hoje em sua segunda gestão. Mas o Brasil atravessa esse período, em primeiro lugar, com um crescimento muito baixo; em segundo lugar, exceto por alguns anos associados ao nascimento do Real, quando há uma explosão de consumo, mas depois logo se detém, com uma permanente crise cambial; e em terceiro lugar, com a introdução em nível nacional de uma ideologia neoliberal que faz com que, na verdade, se comece a desmontar o Estado, a desmontar inclusive aparatos de solidariedade social. O salário mínimo, por exemplo, em termos reais, cai. Tem-se uma deterioração nítida nos serviços vinculados à proteção social, há uma queda de empregos muito forte, um crescimento da informalização, um crescimento da pobreza, enfim, um Brasil que atravessara a década de 80 com grandes problemas, mas ainda mantendo certa proteção social, certa formalização no emprego, no trabalho, etc. Há uma dificuldade muito grande, nos anos 90, de manter esse “pique” dos anos 80, e assume-se um discurso de que o mercado vai resolver tudo e começa-se a desmobilizar o Estado na história que conhecemos, buscando pagar uma dívida interna que o Estado tem, buscando contornar problemas de balanço de pagamento, atraindo sempre capitais para fechar um balanço de pagamento e procurando manter um câmbio estável como um sinal de que a inflação também pode continuar estável, já que se mantém uma vinculação muito forte da moeda nacional com a moeda internacional, principalmente porque a economia está muito mais aberta ao exterior do que anteriormente. Nessas condições de crescimento muito baixo, começa a ocorrer um problema sério para atração de indústrias e um problema muito sério

para montar esquemas financeiros, no Brasil, de proteção à saúde, educação, etc. Todas essas dificuldades aumentam, inclusive, nessas áreas, com o crescimento do desemprego. Aqui no Paraná também vai haver problemas sérios, porque nem todos os problemas que ocorrem são resolvidos pelo Paraná; eles dependem também de uma estrutura, de uma armação institucional que é brasileira, que pertence aos ministérios, às verbas nacionais que começam a minguar, progressivamente, à medida que vamos nos aproximando do final dos anos 90. O que acontece é que o Paraná se torna um Estado que não pode vencer sozinho os problemas, tem grande dificuldade de continuar crescendo e começa a disputar na margem, junto aos outros estados, numa tática que é chamada de guerra fiscal, dando subsídios, incentivos a indústrias que queiram se estabelecer no Brasil e, nesse período, apesar de haver baixo crescimento e graves problemas sociais, o Brasil ainda continua atraente porque muitas grandes indústrias vêm ao Brasil tendo em vista um mercado interno relativamente grande que o país ainda tem graças a uma classe média, que embora hoje esteja em decadência, compõe-se também de uma classe média forte que consome bastante e que representa um mercado substancial. Essas empresas vêm montar indústrias aqui no Brasil e o Paraná entra decisivamente na luta por essas indústrias. É um grande feito de Jaime Lerner, por exemplo, ter trazido as montadoras para Curitiba, porque isso significou, sim, um comprometimento com as finanças públicas muito grande, mas tornou o Paraná politicamente importante dentro da nação, mais importante, e conseguiu atrair indústrias que podem tornar Curitiba uma cidade mais forte, economicamente inclusive, gerando empregos diretos e indiretos, embora esses empregos não compensem o desemprego que está sendo gerado em outras áreas. O que acontece é que na verdade o campo de atuação de Lerner se estreita, mas ele procura fazer o que lhe é possível, o que cabe, na verdade, quase que para todos os estados. Ocorre que não há mesmo mais no Brasil nem no Estado essa ideologia de solidariedade, de integração, essa ideologia que vai passando para um segundo plano, em nome do mercado, em nome da grande empresa, da grande empresa estrangeira inclusive. Lerner monta uma figura como governador até bastante moderada – *low profile* –, um perfil bastante moderado, mas com os resultados práticos que são

possíveis. Não se está, aqui, justificando Jaime Lerner, o que se afirma é que todo o espaço de atuação de novos governadores diminuiu, diminuiu porque as verbas são escassas, porque a arrecadação caiu, porque tem-se um governo federal com graves problemas para manter o crescimento, para distribuir verbas para os setores básicos da população, tem-se um processo muito forte de desmonte do Estado, de desnacionalização, de privatização, e o Estado acaba entrando nessa canoa e não consegue sair. Poderíamos criticar Lerner pelo fato de não tomar nenhuma atitude contra isso, mas ele é um político bastante pragmático e consegue trazer essas indústrias, o que é um feito importante dentro da cena nacional dos anos 90. De qualquer modo, com essas mudanças que ocorrem ao longo dos anos 90 e que já vêm ocorrendo desde o fim dos anos 60, com o fim do projeto paranaense de desenvolvimento, o que se tem é que, no Paraná, embora de vez em quando sejam retomadas suas proposições originais acerca de um desenvolvimento humano, integrado territorialmente, socialmente, etc., isso vai progressivamente sendo jogado, um pouco, na lata de lixo da história, vão-se abandonando posições nacionalistas, posições populares, e assumindo posições mais empresariais, mais conservadoras, num mundo onde a generosidade parece que vai ficando mais difícil de ser praticada e assumida como um valor pelo Estado, pelas suas instituições. Acontece nesse período uma grande mudança, em termos de órgãos públicos inclusive, no sentido de que esses órgãos passam a ter uma participação muito menos importante, pelo menos aqueles órgãos vinculados ao Planejamento. Eles perdem a importância porque o Planejamento muda muito de feição. Praticamente, hoje não se sabe muito bem qual é a feição dele, porque é quase impossível planejar o futuro numa economia como a brasileira, com os problemas cambiais, com os problemas que ela tem hoje. Desmonta-se, privatiza-se, etc., mas em grande parte joga-se para o mercado e não mais para um planejamento onde o Estado seja um grande coordenador, ou tenha grande papel produtivo, ou grande papel financeiro, ou mesmo um grande papel do ponto de vista do bem-estar do *welfare-state*, e do bem-estar social, em bom português, no Brasil. Isso afeta muito o Paraná, que vai sofrer, também, com isso. O que nós podemos dizer é que hoje em dia o Paraná apresenta uma figura com fraturas sociais muito

maiores do que em qualquer outra época de sua história. Temos uma metropolização muito grande, com uma pobreza muito grande. As grandes cooperativas, que eram o grande capital paranaense, em grande medida quebram, são vendidas para empresas multinacionais, tem-se uma concentração de produção, riqueza e população em Curitiba. Mesmo cidades até algum tempo atrás relativamente prósperas perdem espaço. Tem-se uma metropolização muito grande acompanhada de uma periferização, de uma favelização, uma pobreza bastante grande, que não é propriamente só do Paraná, é um problema do Brasil, que ocorre na medida em que este não sustenta sua taxa de crescimento, não sustenta seus programas de cunho social. Há uma deterioração do tecido social brasileiro, de todo o *ethos* de solidariedade que o Brasil pode ter e que a ideologia liberal que temos hoje não dá conta de resolver. Isso apanha o Paraná e apanha também o governo do Paraná, que, apesar de seus esforços terem sido até bem-sucedidos em atrair empresas estrangeiras, não consegue, também, dar conta de questões para as quais no passado se buscava uma solução, como a pobreza, a distribuição de renda, o fortalecimento de um capital paranaense, um maior balanceamento entre as regiões do Estado, o não-crescimento, a preocupação em evitar grandes aglomerações, evitar grandes polarizações políticas e econômicas em torno da capital, tudo isso perde importância, tudo isso o Estado não consegue enfrentar. O Estado vai deixando de enfrentar essas questões, e, na verdade, esse é o canto de cisne da democracia-cristã, na verdade se reflete um problema brasileiro. A democracia-cristã, como coloquei no início, foi algo relativamente ímpar no Brasil, embora muitos estados tenham feito projetos semelhantes de desenvolvimento econômico, via substituição de importações. Um fator muito forte no Paraná foi esse papel da democracia-cristã, talvez ímpar no Brasil inteiro. Na verdade, essa democracia-cristã vai sendo retomada em alguns momentos, mas perde espaço ao longo do tempo, com o cru realismo das dificuldades econômicas prevalecendo e ganhando espaço sobre qualquer intento mais generoso, mais solidário, de formar um Paraná que tenha aqueles traços que se pensavam anteriormente, o Paraná onde todos trabalham, o Paraná que é terra de todos, o Paraná do pequeno e do grande, o Paraná, enfim, mais justo, mais solidário, onde se chamavam as

peças de irmãos. Na verdade, o Paraná hoje vai sendo uma terra cada vez menos nossa, cada vez menos solidária, com problemas sociais cada vez maiores, com fraturas sociais cada vez maiores. Há uma dissociação entre o dinamismo econômico e um emprego que cresce pouco, um desemprego que cresce muito, um comprometimento de finanças muito grande, um desempenho econômico bem abaixo do passado, e esses são problemas que acontecem no Paraná e no Brasil. Mas o Paraná infelizmente não tem tido pelo menos uma atitude política no sentido de se colocar firmemente contra esse tipo de

orientação. Na verdade todos esses problemas são produtos de um tipo de orientação política do governo federal que o Paraná tem quase que integralmente avalizado, dando, enfim, seu respaldo. É impressionante que no Brasil nós não tenhamos fortemente uma social-democracia. Aqui, onde tivemos não uma social-democracia, mas pelo menos uma democracia-cristã, acabamos, ao longo do tempo, devido às dificuldades econômicas e à timidez política, deixando que essa democracia nos escorresse infelizmente pelas mãos e, com ela, o paranismo.